

PARA A CIDADE, UM GABINETE DE LEITURA

Paulo Henrique Oliveira³¹

Artigo recebido em: 11/09/2016

Artigo aceito em: 28/11/2016

Resumo:

O artigo tem por objetivo compreender o processo de surgimento do Gabinete de Leitura de Jundiaí e sua representação no espaço citadino em que foi construído. Fundado no ano de 1908, no município de Jundiaí, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, a instituição foi criada por um grupo de trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Tinha por finalidade ser um espaço para a instrução, promovendo uma sociabilidade livresca, através de conferências e cerimônias literárias e uma escola de primeiras letras aos associados e frequentadores. O presente artigo analisa as atas de reuniões da instituição e outras fontes escritas e impressas, como relatórios estatísticos do Estado de São Paulo, para tecer a hipótese que o Gabinete de Leitura de Jundiaí configurou-se como um espaço destinado aos livros, aos leitores e à prática da leitura, sendo a primeira biblioteca pública da cidade de Jundiaí. O tempo e o espaço em que surgira a instituição são reveladores de um período de transformação urbana, gerando a representação de um ambiente de letramento para os frequentadores, onde novos arranjos sociais eram experienciados, na ordem da Primeira República.

Palavras-chave: Espacialidades; Gabinete de Leitura; Cultura; Jundiaí.

³¹ Mestre em História Social pela PUC/SP, professor de Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e no Colégio da Polícia Militar de São Paulo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1949525092831495>

Abstract:

The article aims to understand the process of the emergence of the Jundiá Reading Office and its representation in the city space where it was built. Founded in 1908, in the municipality of Jundiá, located in the western region of the State of São Paulo, the institution was created by a group of employees of Companhia Paulista de Estradas de Ferro. It was intended to be a space for instruction, promoting a book sociability, through literary ceremonials and ceremonies and a school of first letters to associates and regulars. This article analyzes the minutes of meetings of the institution and other written and printed sources, such as statistical reports from the State of São Paulo, to make the hypothesis that the Jundiá Reading Office has been configured as a space for books, To the practice of reading, being the first public library of the city of Jundiá. The time and space in which the institution emerged are revealing of a period of urban transformation, generating the representation of an environment of literacy for the patrons, where new social arrangements were experienced, in the order of the First Republic.

Keywords: Spatiality; Reading Office; Culture; Jundiá.

* * *

Introdução

Foi durante um dia de expediente, na repartição da contadoria da Companhia Paulista, de Estradas de Ferro, no ano de 1907, entre contas a pagar e a receber, análises de fluxo de caixa, leituras de escrituras e um ambiente repleto de números, cálculos e finanças, que o funcionário Benedito de Godoy Ferraz, aos 18 anos de idade, teve uma ideia.

Rapidamente ele a anotou em uma folha de papel. Seu propósito compreendia uma ação coletiva; para tanto, tratou logo de repassá-la a seus companheiros de

trabalho da contadoria na expectativa de que a aprovassem. O primeiro a receber a folha foi o vizinho de mesa de Benedito Ferraz, Conrado Augusto Offa, que “leu atentamente, sorriu e assinou”. Posteriormente foi a vez de Francisco de Andrade, outro colega de trabalho, leu e “assinou sem hesitar”, seguido ainda por Morivalde Lobo da Costa e outros companheiros como Carlos Hummel Guimarães, Carlos Mendes do Amaral, Arthur Basílio de Oliveira, João Xavier Dias da Costa, Cassalho Junior e Ignácio Ventania da Costa Wilke (TOMANIK, 2005, p. 168).

Passada a folha e com a ideia inicial aprovada, logo organizaram uma reunião para tratarem do assunto então proposto. A reunião ocorreu na casa de Conrado Offa, que, segundo Benedito Ferraz, “foi quem deu corpo e forma à ideia” (TOMANIK, 2005, p. 169) por ele pensada.

Muitos outros encontros se seguiram para que a ideia saísse do papel e ganhasse concretude. Todos os que inicialmente assinaram a folha participaram dos encontros em que conversavam sobre possibilidades da realização do projeto, levantavam questões, pensavam e repensavam a ideia. Depois de inúmeras confabulações, o número de adeptos aumentou significativamente, sendo necessário executar o projeto. O primeiro passo foi organizar a eleição de uma diretoria. Com este objetivo, foi convocada uma Assembleia Geral.

No ano de 1908, contando com sessenta e cinco pessoas, a Assembleia Geral reuniu-se, no dia 28 de Abril, às 19h00, na Rua do Rosário, número 153, bem no centro da cidade de Jundiá, no estado de São Paulo. Na ocasião, abriu-se um livro de atas para que fossem registradas as reuniões.

A primeira ata destaca a eleição para uma diretoria provisória, quando foram eleitos os senhores Conrado Augusto Offa (Presidente); Arthur Basílio de Oliveira (Vice – Presidente); Carlos Hummel Guimarães (1º Secretário); Benedito de Godoy Ferraz (2º Secretário); Manoel Martins de Azevedo (Orador); Ignácio Ventania da Costa Wilke (Tesoureiro) e João Xavier Dias da Costa (Bibliotecário). Compondo-se assim a diretoria, foram definidas as tarefas atribuídas a cada cargo da “sociedade”,

termo que aparece no registro da reunião³². Em seguida, foi eleita uma comissão, que teria a incumbência de elaborar os estatutos e regimentos internos para essa autodenominada sociedade.

Para integrar a comissão, foram escolhidos: Conrado Augusto Offa, Thomaz da Silveira, George L. S. e João Xavier Dias da Costa.

A folha inicialmente passada por Benedito Ferraz aos seus companheiros de trabalho trazia escrito, em seu alto, “Lista dos que apóiam o plano de fundação de um centro literário em Jundiáhy”. O gosto pela literatura era partilhado por praticamente todos os funcionários da contadoria. Versos e poesias eram escritos e lidos durante o expediente. Contudo, Benedito Ferraz, salienta que não possuía tanta vocação para as letras, pois, segundo ele, era mais uma derivação. Ao contrário de seus colegas e amigos, não lhe foi possível seguir os estudos acadêmicos em São Paulo. Possivelmente essa falta o motivou a criar um espaço destinado às letras na cidade de Jundiáí. Como foi proposto inicialmente, o projeto seria um centro literário; Dessa forma, poderiam “organizar uma biblioteca, ler, escrever, falar e aprender” (TOMANIK, 2005, p. 169).

Os demais funcionários partilhavam o mesmo propósito. Francisco de Andrade possuía um irmão poeta, falava sempre com veemência sobre ele aos demais companheiros da contadoria. Ele mesmo, sempre que podia, escrevia seus versos e os dava a Benedito Ferraz, para que fossem lidos. Morivalde da Costa, por sua vez, de acordo com Benedito Ferraz, era um dos homens mais cultos da contadoria, pois não somente era o autor de poemas admirados por todos os que liam, como também estimulava os próprios companheiros da contadoria para o exercício de se expressarem por meio das letras versadas. O ambiente letrado e humanístico, onde o gosto pelas letras estava presente, não se limitava às dependências da contadoria, mas também, segundo Benedito Ferraz, fazia parte do cotidiano dos jovens da cidade de

³² Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 28.04.1908, p.1.

Jundiaí. Em suas palavras “os rapazes apreciavam a arte, o jogo da inteligência, escreviam contos, sonetos, faziam discursos e aprimoravam a arte fina do trocadilho e dos ditos humorísticos”³³.

O fato é que a ideia de criação de um centro literário foi se concretizando e, após várias Assembleias Gerais, foi instalado o Gabinete de Leitura de Jundiaí.

No dia 21 de Junho de 1908, em uma nova reunião, os estatutos dessa sociedade foram aprovados. A ata de reunião desse dia registrava, “O Gabinete de Leitura de Jundiahy, fundado em 28 de Abril de 1908, é uma associação de indivíduos sem diferença de sexo, nacionalidade, religião e sem limitação de tempo e número”³⁴.

Entre as finalidades da sociedade estavam: “1º manter uma bibliotheca para uso exclusivo dos associados; 2º crear escolas de instrução primária e secundária para os associados e seus filhos, e 3º promover conferencias essencialmente litterarias e também cerimoniais”³⁵. Os sócios seriam os fundadores da instituição e os futuros membros que desejassem se associar seria dividido em duas categorias: sócios contribuintes, “os que concordassem com a jóia e as mensalidades determinadas por estatuto” e os sócios benfeitores “os que prestarem relevantes serviços ou fizerem donativos à sociedade”³⁶. A jóia tinha o valor estabelecido em 5\$000 (cinco mil réis) e a mensalidade 2\$000 (dois mil réis)³⁷.

³³ Idem.

³⁴ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 2.

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem, p. 3.

³⁷ O salário mínimo pago para um funcionário de escritório da Companhia Paulista, segundo a historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna, em consulta aos prontuários dos funcionários, era de 120\$000 réis. Portanto, para termos um parâmetro, a jóia cobrada pelo Gabinete de Leitura correspondia a 4% deste salário e as mensalidades 2%. Contudo, os prontuários indicam promoções com aumentos salariais durante a carreira do funcionário, desse modo, temos que considerar variações. Os salários dos funcionários das oficinas e armazéns variavam entre 70\$000 réis, portanto, 7% jóia e 3% mensalidades e 100\$000 réis, 5% jóia e 2% mensalidades.

Os estatutos ainda estabeleciam que os sócios contribuintes tivessem como obrigação “cumprir as disposições contidas no regulamento”³⁸ o que não era pouco, pois os estatutos estavam organizados em 13 capítulos, contendo 41 artigos com a discriminação dos direitos e dos deveres de todos os membros da sociedade, porém em maior proporção para a categoria de sócio contribuinte.

Entre os deveres de todos constavam: comparecer às reuniões de Assembleia Geral e tomar ciência de suas deliberações; aceitarem cargos e/ou comissões para os quais fossem eleitos ou nomeados; cooperar com a sociedade e oficializar, junto ao presidente sua saída, caso não desejasse mais ser sócio contribuinte. Sobre os direitos, poderiam propor e discutir, em Assembleia Geral, decisões da diretoria ou questões de interesse à sociedade; votarem e ser votados para a eleição de cargos e recorrer ao presidente da Assembleia Geral, contra ações prejudiciais do presidente do Gabinete de Leitura, conjuntamente com um número mínimo de 10 sócios³⁹.

Os sócios benfeitores não poderiam votar ou serem votados para a eleição de cargos e sua nomeação, na condição de benfeitor, deveria ser posta em pauta em Assembleia Geral ou de Diretoria, por meio de um relatório detalhado da ação benfeitora, realizada pelo candidato.

Anualmente também seria eleita uma diretoria incumbida de gerir as questões financeiras e administrativas da sociedade. Entre as atribuições desse conselho estavam representar a sociedade; fazer cumprir os estatutos aprovados em assembleia; nomear bibliotecários; contratar professores e demais empregados que se fizessem necessários à sociedade, devendo a diretoria acompanhar suas atribuições e desempenho, demitindo-os em caso de falta grave; zelar pela organização interna; convocar assembleias extraordinárias sempre que necessário e dela receber as propostas discutidas e aprovadas; comprar livros indicados por uma comissão

³⁸ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 2.

³⁹ *Ibidem*, p. 4.

formada em assembleia e entregar, ao final do ano e de sua administração, um relatório minucioso com um balanço da instituição⁴⁰.

Apenas o cargo de bibliotecário seria ocupado através de uma nomeação realizada por um conselho fiscal, composto por três pessoas pertencentes à diretoria. Entre as suas atribuições estavam o registro da entrada e retirada de livros; a apresentação de um relatório, ao final de cada ano, à diretoria, sobre as condições da biblioteca; o registro das obras mais procuradas pelos leitores e posterior relatório, à diretoria, sobre essa demanda; e o registro de todas as compras de livros.

Os livros poderiam ser emprestados aos sócios, que, por sua vez, deveriam devolvê-los no prazo máximo de 10 dias. Em caso de não devolução ou perda, o sócio deveria ressarcir a importância financeira do livro em questão à biblioteca⁴¹.

Segundo os estatutos da sociedade, a receita auferida com a verba das mensalidades e possíveis donativos seria destinada ao pagamento das contas que “deveriam ser pagas mensalmente e, havendo saldo, 20% seriam destinados a um fundo reserva e o restante utilizado para a compra de livros”⁴². A eleição para nova diretoria ocorreria sempre em Assembleia Geral, com oito dias de antecedência para o término de administração da diretoria vigente, não excedendo o primeiro domingo do mês de janeiro de cada ano. Para realizar a assembleia era necessária a presença da metade dos sócios contribuintes.

Os sócios poderiam ser penalizados pela diretoria da sociedade, nos seguintes casos: por não pagamento das mensalidades; por não obediência ao estatuto vigente; por desacato a qualquer membro (diretoria, sócios, empregados ou visitantes) nas dependências do Gabinete de Leitura; por desvio de qualquer verba destinada à sociedade; por retirada de livros sem devolução no prazo estabelecido e por deterioração do patrimônio físico⁴³. Dentre as penalidades, encontra-se descrita

⁴⁰ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 4.

⁴¹ *Ibidem*, p. 6.

⁴² *Idem*.

⁴³ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 6.

somente à expulsão pelo não pagamento da mensalidade durante três meses consecutivos, mas que poderia ser revogada, caso fosse comunicado por escrito à diretoria o motivo do não pagamento.

Descritas todas as normas e o estatuto então aprovado em Assembleia Geral, as atividades do Gabinete de Leitura de Jundiá se iniciaram, mantendo-se a diretoria provisória eleita na primeira reunião. A eleição para uma nova diretoria ocorreu somente em Janeiro de 1909. O número inicial de sócios contribuintes do Gabinete de Leitura era de setenta e sete, doze a mais, em relação aos que assinaram a primeira ata de reunião.

Um mês após a abertura, em junho de 1908, era lançado, na imprensa local, pela própria instituição, um jornal noticioso dos objetivos e das atividades, intitulado “*O Gabinete*”, anunciando o que tencionavam:

Surge na arena da publicidade O Gabinete, jornal literário e noticioso, consagrado aos interesses da esperançosa associação que lhe empresta o nome. Consiste o seu programa em pregar pelo desenvolvimento do Gabinete de Leitura, instituição que felizmente, para o bom renome desta terra, tem merecido applausos das pessoas cultas. Vem elle proporcionar aos habitantes de Jundiah, na sua quase totalidade, composta de operários, não só os livros com que possam augmentar a somma de conhecimentos que possuem como também um centro de agradável e proveitosa diversão.

A verdade contida no velho adágio – nunca é tarde para se aprender, é incontestável. Em Samuel Smiles (escritor britânico) vemos entre muitas notabilidades que iniciaram seus estudos em idade avançada, Franklin o notável physico e Boccaccio, o apreciado literato.

Mesmo entre nós, dentre outros, dois exemplos belíssimos: um professor publico, contando mais de trinta e cinco anos de idade, inicia agora seus estudos na Faculdade de Direito em São Paulo e outro vae fazer exame perante um estabelecimento de ensino superior afim de diplomar-se.

Se outros não fazem o mesmo é por que o seu pequeno ordenado não o permite. O gabinete a esses ávidos de saber proporcionará os competentes livros, lacuna essa lamentada e que elle vem preencher. Um bravo aos propugnadores de tão elevado ideal e farta messe de felicidade ao seu orgam de propaganda – “O Gabinete”. S.N.⁴⁴

⁴⁴ Jornal, O Gabinete: Orgam do Gabinete de Leitura Jundiahense. Anno I, N° 1. p.1.

O impresso de cunho “literário e noticioso” não teve longa duração⁴⁵. De efêmera atuação, a divulgação das atividades realizadas internamente fazia-se pela frequência ao local, através de comunicados apregoados nas paredes do salão social ou por meio de circulares, limitando a comunicação extramuros.

Com o passar dos dias, os membros da instituição recém-criada buscaram praticar as ações propostas em reuniões e no estatuto, angariar um maior número de sócios contribuintes; ampliar o acervo de livros e tornar o Gabinete de Leitura um espaço de cultura e de sociabilidade livresca.

Espaço de Letras

A espacialidade e a temporalidade que conformam o aparecimento do Gabinete de Leitura de Jundiá são dois elementos que contribuem na busca pela compreensão sobre o que representava esse espaço de cultura letrada na cidade, ou qual o motivo e a finalidade de criá-lo? Ao se questionar sobre os possíveis sentidos de sua existência, nota-se que a conjuntura espaçotemporal, pode revelar alguns indícios.

Olhar para os traços históricos de Jundiá, na virada para o século XX, possibilita adentrar em sua dinâmica sociocultural, observar a ocorrência das transformações urbanas, o crescimento e o deslocamento populacional, a inserção de novas tecnologias e a injeção de novos recursos que alteravam a fisionomia e o modo de vida na cidade. Através de um processo heurístico, pode-se perceber o que poderia simbolizar um Gabinete de Leitura para a região, e assim, delinear sua especificidade.

⁴⁵ Em consulta ao acervo de documentos do Gabinete de Leitura de Jundiá se localiza apenas a primeira edição do jornal *O Gabinete*. Em pesquisas anteriormente realizadas pela atual diretoria foi localizada uma edição do ano de 1970, dentro da mesma linha editorial, “literária e noticiosa”. Percorreram-se ainda outros caminhos, no Centro de Memória de Jundiá e na Biblioteca Municipal, na tentativa de localizar edições das décadas de 1910 e 1920, entretanto sem êxito.

Procurou-se traçar um olhar externo sobre o Gabinete de Leitura. Entretanto, na ausência de fontes diretas, daqueles que de algum modo, pudessem ter vivido e registrado suas impressões, até mesmo na imprensa local, optou-se por um olhar fragmentado quase que míope, numa alusão a Machado de Assis, em crônica intitulada, *A Semana*, publicada na gazeta de notícias do Rio de Janeiro, no início da primeira década de 1900, onde o mesmo escrevia “(...) a vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam”. Portanto, um olhar pormenor, a partir da bibliografia sobre a cidade de Jundiáí, indiretamente, forneceu pistas sobre o que poderia representar a criação de um espaço de letramento, numa região que crescia, diversificava-se e mudava.

Segundo Angel Rama:

Toda cidade pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência racionante pode decifrar, encontrando sua ordem. (RAMA, 1985, p. 53.)

Desde a chegada da ferrovia à cidade de Jundiáí (1867), um processo de intensas modificações do espaço urbano se iniciou. Pode-se até mesmo dizer que a urbanização na região, signo de uma modernidade, começou a partir de então (IZAÍAS, 2012, p. 208). O “lugar de passagem” foi aos poucos se transformando com a formação de um centro urbano e o constante crescimento populacional. Passou das lavouras de subsistência à cultura cafeeira, a partir do último quartel do século XIX, e teve seus traços e paisagens modificados.

Diversas mudanças ocorreram, especificamente a partir do aumento da produção nas fazendas de café, existentes na região e próximas a ela. O incremento dessa produção decorria da alta demanda dos mercados europeus consumidores do

café brasileiro. A ferrovia, São Paulo Railway, de origem e capital totalmente inglês, era responsável por escoar essa produção, oriunda das fazendas do interior da Província de São Paulo, até o porto de Santos, garantindo sua lucratividade e participação no processo da economia nacional agroexportadora, através de seu ramal ferroviário (Santos/Jundiá)⁴⁶.

Estações e linhas férreas passavam a dar novos contornos à cidade, circundando a malha urbana central, que, aos poucos, expandia-se com a criação de novos bairros, acompanhando a chegada de novos agentes sociais, vindos com a ferrovia.

⁴⁶ Os ingleses eram lucrativamente beneficiados com as estradas de ferro no Brasil, desde o material para a construção das linhas férreas, a tecnologia empregada para a manutenção e funcionamento, a mão de obra técnica e especializada para o desenvolvimento do trabalho e os empréstimos realizados para a construção das ferrovias. O mercado inglês e seu capital geravam ônus aos cofres do governo brasileiro. São Paulo Railway era proprietária do principal trecho agroexportador de São Paulo (Jundiá/Santos) com 139 quilômetros (km) de extensão. Grande parte dos produtos comercializados, que vinham do interior da Província passavam por aquele trecho ferroviário, o que proporcionava elevados ganhos na cobrança de tributos à companhia, o escoamento de gêneros agrícolas, em específico o café, recaía num ponto estratégico sob a concessão dos ingleses. Para um aprofundamento sobre o tema consultar: BRAY, Silvio Carlos. **As Companhias Ferroviárias e Os Ferroviários no Processo de Estruturação Urbana e Socioeconômica de Bebedouro**. São Paulo, IMESB-VC, 2011; CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e Ferrovia: A Experiência de Ser Ferroviário da Companhia Paulista (1890 -1925)**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994; DEBES, Célio. **A Caminho do Oeste: História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro**. São Paulo: Edição Comemorativa de Fundação da Cia Paulista, 1968; DIAS, Marcio Augusto Saliba. **Nos Trilhos do Silêncio: Por Dentro das Estradas de Ferro Paulistas (1920 – 1940)**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

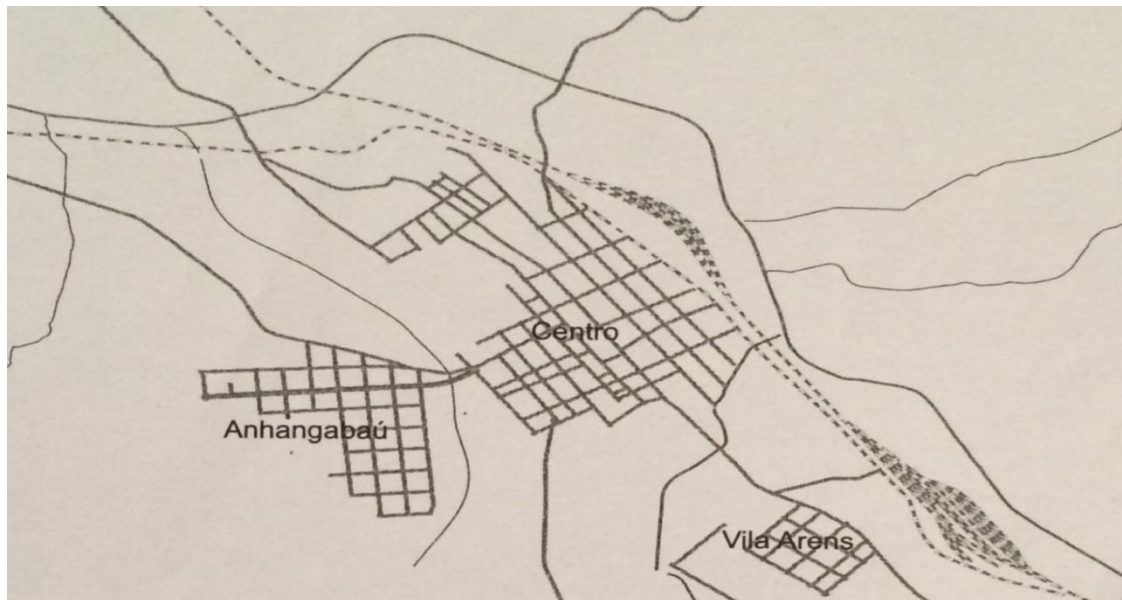


Figura 1 - Loteamentos e ruas abertas, em Jundiáí, até 1900. As linhas tracejadas, próximo ao centro, representam as estradas de ferro existentes na região. Os bairros, Anhangabaú e Vila Arens, surgiram após a instalação das ferrovias, no final do século XIX.

Salienta que algumas cidades surgiram precisamente com a chegada da ferrovia; outras, como no caso de Jundiáí, simplesmente “passaram a unir o que fora, até então, somente à cidade da praça e da igreja, a marca das estações ferroviárias” (LANNA, 2002, p. 3). O território jundiáense, de várzeas e terrenos planos e baixos, passou a se constituir como ponto de acesso aos produtos agrícolas, desempenhando a função de integração a outras regiões do oeste paulista. Paulatinamente, passava a se caracterizar, não somente pelo símbolo da praça ou da igreja, mas também, por suas novas possibilidades de investimento, economia, transportes e acessibilidade, irradiadoras de uma cidade e sociedade que se transformavam.



Figura 2 - Igreja Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, localizada na praça da matriz, região central, símbolo de fundação da cidade, originalmente construída em 1651. (data da foto não localizada). Fonte: FERREIRA, 2014.

O ramal Jundiá/Campinas da Companhia Paulista, quando iniciou suas atividades (1872), acentuou ainda mais as transformações ocasionadas pela ferrovia na região, que passava a receber um elevado número de pessoas, fossem comerciantes, buscando produtos e praças à sua prática; fossem profissionais liberais dos mais diferentes ofícios; ou ainda, mão de obra especializada para os armazéns e estações da ferrovia, bem como um elevado número de imigrantes, em sua maioria, italianos, que chegavam à região, como mão de obra para as lavouras de café. Todas essas mudanças se sucederam, em decorrência do funcionamento e da manutenção necessária as estradas de ferro, principal aparato urbano da época na região.



Figura 3 - Estação da Companhia Paulista em Jundiá em 1909. Fonte: FERREIRA M., 2014.

As mudanças não cessaram. A partir de 1890, ocorreram reformas de nivelamento, calçamento e regularização de ruas. Em 1893, houve a inauguração de linhas de bondes puxadas por animais, o alargamento do perímetro central, no largo da matriz e o surgimento de novos bairros, dentre eles: São Bento, Vila Torres Neves e Anhangabaú. A administração municipal passou a ceder loteamentos aos trabalhadores ligados às atividades da ferrovia e aos operários da fábrica Companhia de Fiação e Tecidos São Bento. Os terrenos que se localizavam no bairro Anhangabaú, foram loteados e divididos em ruas e avenidas para a construção de moradias e expansão da urbanização. Territórios, que até a pouco, eram áreas desabitadas, na parte alta ou baixa da cidade, foram ocupados com moradias.

Em 1905, ocorreram melhorias na infraestrutura, no saneamento e no sistema de abastecimento de água e instalação de luz elétrica nos diferentes bairros da cidade. Nessa ação, os políticos e industriais, Eloy Chaves, Edgard Egydio de Souza e Alberto

de Queiroz Telles, tiveram importante participação, junto ao governo estadual, conseguindo a criação da empresa, *Força e Luz de Jundiá*⁴⁷, para o fornecimento de eletricidade.

As ruas Cândido Rodrigues, Rosário, Torres Neves, Barão de Jundiá, Rangel Pestana e Senador Fonseca foram as primeiras a serem iluminadas com “postes de ferro tubulares, lâmpadas incandescentes, de poder iluminante de 32 velas, que funcionariam toda a noite, desde o anoitecer até o amanhecer, variando durante as estações do ano”⁴⁸.



Figura 4 - Arruamento da Avenida São João, em 1897, localizada próxima ao centro da cidade. Fonte: FERREIRA, M., 2014.

⁴⁷ TOLETO, K.; MARTINI, S.; DONIZETTI, A. Museu da Energia – Núcleo de Jundiá. Disponível em: <http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28713/toledo_karina_pardini_museu_da_energia_de_jundiai.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

⁴⁸ Idem. p. 5.

Em 1899, inaugura-se ainda o hospital São Vicente de Paula, com instalações improvisadas e adaptadas para o seu funcionamento, sendo sua sede definitiva, construída em 1902. Contratos para a limpeza pública da cidade foram fechados pela municipalidade. O cemitério da cidade, construído na década de 1860, passou por reformas, atendendo as questões de saúde pública e higiene implantadas por reformas sanitaristas⁴⁹. Todas essas melhorias fizeram parte do cotidiano da cidade até meados de 1920, visavam adequações do espaço urbano, do comércio, dos transportes e da acessibilidade, aos moldes de uma cidade em processo de modernização.

Segundo a historiadora Lanna, em consulta ao *Almanach de Jundiáí* do ano de 1912, os moradores da cidade assistiam a essas transformações e viam “diversificaram-se as atividades profissionais, que passavam a contar com médicos, farmacêuticos, professores de piano, padeiros, professores e evidentemente empregados de estação ferroviária” (LANNA, 2002, p. 180). Um relatório apresentado a Câmara Municipal de Jundiáí, em outubro de 1892 descrevia, “levanta-se uma nova cidade, as construções multiplicam-se dia-a-dia e os terrenos que não tinham valor hoje custam preços fabulosos” (*Almanach de Jundiáí para 1912*, p. 41, apud. LANNA, 2002, p. 181).

⁴⁹ Em 1854 foi promulgada uma lei no Rio de Janeiro abolindo os enterros nas igrejas.



Figura 5 - Rua Barão de Jundiá, década de 1910. FERREIRA, M., 2014.

A imigração foi outra marca importante na transformação da cidade. Em 1887, chegaram os primeiros agrupamentos de imigrantes italianos, para morarem no Núcleo Colonial Barão de Jundiá⁵⁰. Setenta era o número aproximado de imigrantes que chegaram e, a partir desses, muitos outros vieram. Vários membros do Gabinete de Leitura tinham descendência italiana.

Segundo Elizabeth Filippini, as relações dos imigrantes com o trabalho, a terra e a família, herança de um modo campestre de vida, engendraram-se na constituição sociocultural de Jundiá (FILIPPINI, 1980, p. 182). Os italianos trouxeram seus

⁵⁰ Os núcleos coloniais eram estratégias adotadas desde o governo imperial para abrigarem os imigrantes que chegavam ao país, com o intuito de atender aos interesses dos grandes latifundiários e produtores de café, os núcleos foram criados para fixarem residências dos novos trabalhadores livres próximos às fazendas, facilitando o trabalho, custo e a cultura cafeeira. Desta forma, a mão de obra era garantida, dentro de um empreendimento, onde os mais beneficiados eram os grandes proprietários de terras, que em Jundiá, resume-se a figura de, Antonio de Queiroz Telles (1831-1888), proprietário de muitas fazendas e incentivador no plano financeiro, para a fundação de um núcleo colonial na região.

conhecimentos e interferiram no comércio e crescimento da região, muitos eram ligados ao ramo da construção, dando uma importante parcela de contribuição na arquitetura e urbanismo da cidade⁵¹. As lavouras foram o esteio dos trabalhadores imigrantes, porém, com o passar dos anos também atuaram em outras frentes como a cerâmica, plantação de videiras, comércio ambulante, nas companhias ferroviárias e na indústria têxtil. A região ocupada pelos italianos acabou por ser denominada de bairro Colônia, área com pequenas propriedades agrícolas, localizada a três quilômetros (km) do centro da cidade.

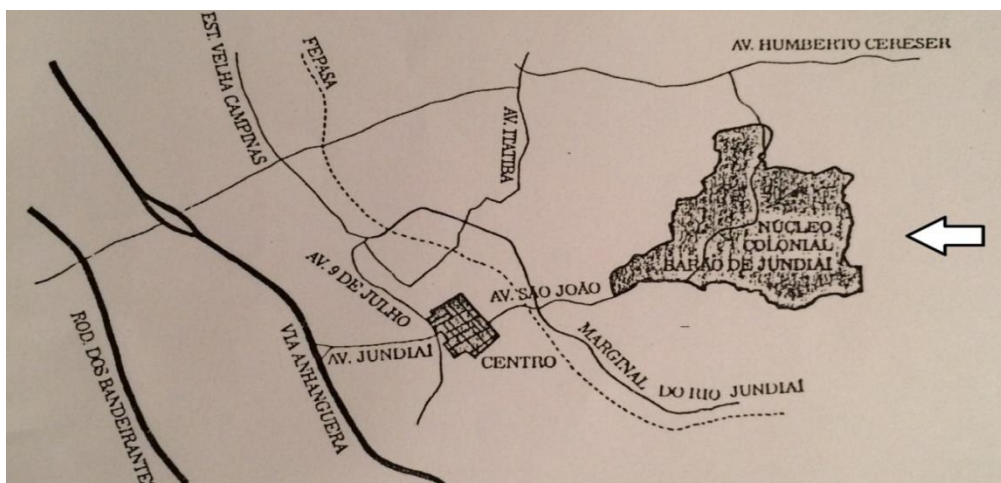


Figura 6 - Território ocupado pelo Núcleo Colonial em Jundiá (data não localizada Fonte: FILIPPINI, Elizabeth. Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiá, 1990, p. 89

A partir da entrada de imigrantes italianos, o estabelecimento das estações e ramais das companhias ferroviárias, (1867/1872), início do processo de urbanização e o surgimento e a expansão de bairros, a população da cidade cresceu. No período de 48 anos (1872-1920), esse crescimento chegou a aproximadamente 82%. Ao se desmembrarem esses dados, observando-se cada decênio, de acordo com o gráfico

⁵¹ Para um aprofundamento sobre o registro e a incorporação à dos imigrantes italianos na arquitetura rural e urbana de Jundiá, consultar: FILHO, Walter da Costa e Silva. Jundiá na História. São Paulo, Ed. Porto de Ideias, 2008.

abaixo, pode-se verificar o crescimento numérico e gradativo, acompanhando às inúmeras transformações da época, a partir de 1872.

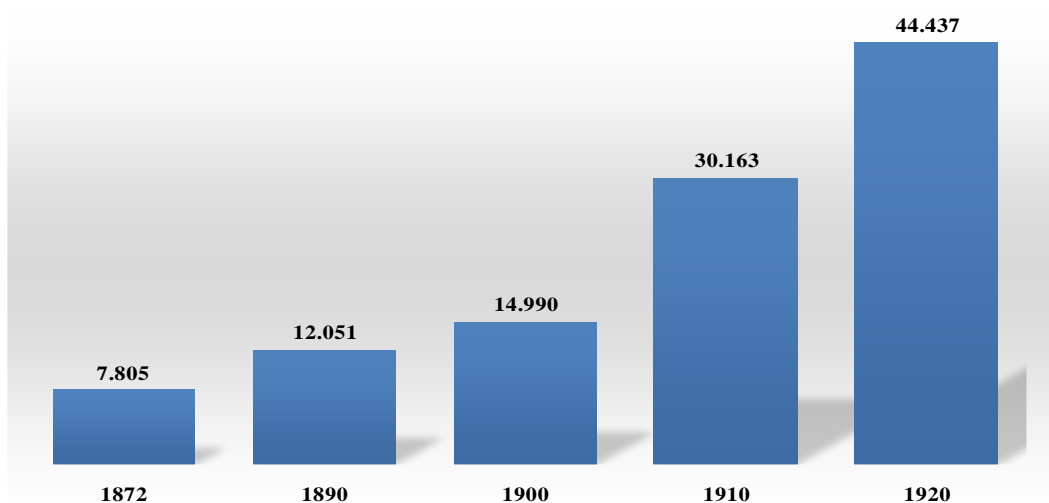


Gráfico 1 - Número de habitantes da cidade de Jundiáí (1872-1920). Fonte: IPEADATA

Entre 1890-1900, houve um aumento de 19%; em relação ao número de habitantes; entre 1900-1910, 50% e entre 1910-1920, 32%. Para Lanna, o crescimento populacional de Jundiáí acompanha as transformações urbanas ocorridas no início do século XX, durante o processo de embelezamento das cidades, nas melhorias de infraestrutura, saneamento e salubridade, ocorrendo em Jundiáí, “como de resto em quase todas as cidades brasileiras, marcando um período de *belle époque tropical*” (LANNA, 2002, p. 185).

De acordo com o historiador Nicolau Sevckenko os “belos tempos” em um primeiro momento chegavam pelas transformações “científico-tecnológicas,” que mudavam a feição das sociedades, suas culturas e costumes seculares. Essas modificações, aos poucos, se inseriram no cotidiano de Jundiáí. A atividade industrial se expandia. Fábricas de tecelagem, de cerâmicas e olarias foram se instalando ao longo do século XX. Para o historiador “o consumo de novas e modernas

mercadorias e o aumento do comércio confirmava a sociedade do progresso republicano que se pretendia formar (SEVCENKO, 1998, p. 20).

Em sua singularidade, a cidade delineou-se como “operária”. Sua população era composta, na grande maioria, por trabalhadores rurais, industriários e ferroviários. As elites de Jundiaí, tão logo as fazendas de cafés geraram riquezas e possibilitaram um crescimento econômico e material, transferiram-se para cidades maiores como São Paulo e Campinas. A ausência de elites na região, conforme define Lanna, “pode ser percebida pela inexistência de casarões na cidade. O único existente é o Solar do Barão, que foi construído em 1862, pelo Barão de Jundiaí” (LANNA, 2002, p. 181). Em diversos bairros, as moradias edificadas eram para atenderem a demanda de habitações para os operários. Aliás, A Companhia Paulista recebeu da Câmara Municipal loteamentos próximos ao cemitério e as suas instalações, para que fossem construídas casas para os seus empregados.

Os terrenos foram concedidos como estímulo da localidade para a instalação das oficinas da Paulista na cidade. A Companhia afirmava que, para conveniente acomodação de seus operários, a exemplo do que se praticava nos grandes centros industriais faria construir, perto das oficinas pequenas habitações, que alugaria aos seus empregados mediante preço razoável. Achavam-se já prontas 40 casas, em 1894. Em 1924, esse número sobe para 140 casas. (LANNA, 2002, p. 181).

A maioria dos trabalhadores ferroviários e os operários das indústrias habitavam as ruas: XV de Novembro, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Capitão Damazio (hoje Marechal Deodoro) e Rua do Rosário. Algumas localizadas no centro da cidade, outras circundantes a ele. As casas nos bairros operários, próprias ou alugadas, possuíam um padrão em sua construção bem semelhante: “eram geminadas, sem recuo do lote, em geral porta e janela. As melhores ocupadas por chefes de estação e de oficinas tinham porão e um pequeno recuo lateral, que fazia as vezes de varanda e criava um distanciamento em relação à rua” (LANNA, 2002, P. 185) ⁵².

⁵² A autora ainda destaca que atualmente, na cidade de Jundiaí, existem casas e arruamentos que preservaram essa configuração de moradia e acrescenta, como contribuição para o estudo sobre o

Por outro lado, a ferrovia, os estabelecimentos comerciais e de serviços e as possibilidades de crescimento dentro das indústrias ocasionaram a emergência de uma alta camada de trabalhadores, na estratificação social de Jundiá; uma camada social que, aos poucos e a partir das novas gerações (filhos), se configurou numa expoente parcela da sociedade, que ocupava cargos do funcionalismo público ou como profissionais liberais (médicos, advogados, dentistas e comerciantes).

As classes sociais naquele período eram pouco definidas, pois a cidade experimentava grandes transformações e, nesse contexto, como compreende Hobsbawm “as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar” (HOBBSAWM, 2000, p. 279).

Considerando-se o contexto da Primeira República (1889-1930), verifica-se que a camada social mais definida eram os trabalhadores, rurais e urbanos, e a burguesia agrária. Segundo Jorge Nagle, “até a palavra povo, anteriormente empregada num sentido vago e indiferenciado – pois resumia diversas modalidades de camadas sociais – vai-se decompondo em outras palavras que traduzem camadas cada vez mais diferenciadas (classes)” (NAGLE, 1974, p. 74). Como em Jundiá essa burguesia deslocou-se para regiões citadinas mais prósperas como São Paulo e Campinas, foram os operários que caracterizaram a ascensão de uma classe média composta por uma alta camada de trabalhadores, muito semelhante ao que Hobsbawm define como uma “aristocracia operária”.

Com o estabelecimento de indústrias e, sobretudo, com a ferrovia, os trabalhadores poderiam ser definidos como os símbolos da nova ordem capitalista e da cidade. As empresas locais, fontes diretas e até mesmo indiretas, contribuíram para a constituição de uma “aristocracia operária”. Ao verificar os salários pagos pela

distanciamento da casa e do lote como um padrão constitutivo das elites durante o século XIX, o trabalho de Nestor Goulart Reis Filho, **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Companhia Paulista, descritos nos prontuários e indicador do poder de compra dos empregados, Lana define que eles variaram de acordo com as funções exercidas.

Conrado Offa, quando se empregou na contadoria da empresa, em 1892 recebia o ordenado de 120\$000 (cento e vinte mil réis), recebendo um aumento, em 1900, passando a ganhar 200\$000 (duzentos mil réis). Morivalde Costa inicia, em 1893, com o salário de 320\$000 (trezentos e vinte mil réis), chegando a ganhar 900\$000 (novecentos mil réis), em 1928. Tibúrcio Siqueira, empregando-se na Companhia Paulista em 1896, recebia o salário inicial de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) para exercer a função de escriturário. Em 1919, recebe uma promoção passando a ocupar o cargo de sub-auxiliar com um salário no valor de 570\$000 (quinhentos e setenta mil réis). No ano de 1923, após uma nova promoção, passa a receber o salário de 700\$000 (setecentos mil réis), ocupando o cargo de auxiliar⁵³.

Esses dados mostram que a empresa possuía uma política de promoção de seus empregados e possivelmente muitos eram contemplados com aumento salarial, mas também pode-se inferir que os gastos com habitação, alimentação e vestuário, certamente consumiam significativa parcela da renda doméstica.

Segundo Lanna, os custos com habitação, vestimenta e alimentação, em cidades interioranas de São Paulo, no início do século XX, chegava a 80% dos salários dos trabalhadores ferroviários, por tanto, com um menor salário, citado anteriormente, em torno de 120\$000 (cento e vinte mil réis), aproximadamente 96\$000 (noventa e seis mil réis) eram destinados a subsistência das famílias.

Muitos funcionários da Companhia Paulista, de acordo com os prontuários (LANNA, 2002, p. 200), iniciam e encerram suas carreiras profissionais na empresa. Pode-se assim presumir como os funcionários conseguiam prover sua subsistência e a de seus familiares, trabalhando nos diferentes setores da ferrovia (escritórios, armazéns e oficinas), o que parecia não ocorrer em outras áreas de trabalho da região,

⁵³ Ficha 929. Caixa n° CP 75.4-166. Prontuário 2019; Ficha 52. Caixa n° CP 75.484. Prontuário 1686; Ficha 438. Caixa n° CP 75.490. Prontuário 1746.

como no campo e nas fábricas têxteis. Segundo Decca, os trabalhadores rurais e das indústrias tecelãs possuíam baixos salários, insuficientes até mesmo para as necessidades básicas como moradia, alimentação e vestuário (DECCA, 1983, p.54).

Dentro do próprio conjunto de ferroviários da Companhia Paulista, tal situação ocasionava rivalidade entre os empregados, os respectivos salários e as posições que ocupavam (trabalho físico e trabalho intelectual). Utilizando termos da época eram os “macacões” (oficinas e armazéns) e os “engravatados” (escritórios), os “colarinhos azuis” e os “colarinhos brancos”⁵⁴. Essas denominações foram usualmente utilizadas pelos funcionários para designar posições e hierarquias em seus cargos funções e, possivelmente, salários. Numa das eleições para a diretoria do Grêmio C.P., essas distinções foram até mesmo, questões de embates e discussões, quanto à alternância na direção da instituição, de um “colarinho branco” para um “colarinho azul”, como que muitos não concordavam. Considera-se ainda que os nomes de Tibúrcio Siqueira, Arthur Oliveira, Carlos Guimarães e Conrado Offa, são mencionados nos quadros da diretoria do Grêmio C.P. Eles trabalhavam nos escritórios da Companhia Paulista, eram os chamados, “colarinhos brancos”, ou seja, levantando-se a hipótese de constituição de uma “aristocracia operária”, pode-se inferir que eles pertenciam a esta condição.

Por ser uma cidade cuja população, em sua grande maioria, era composta por operários, mesmo aqueles que constituíam uma “aristocracia”, houve também na região reivindicações por melhorias nas condições de trabalho. A greve do transporte ferroviário, ocorrida em 1906, nas cidades que possuíam setores de atividades das companhias de estradas de ferro é um exemplo.

Jundiáí, por ter grande parcela de empregados da ferrovia, teve destaque naquele momento. A greve na região tomou impulso. Os funcionários da Companhia Paulista cobravam melhores condições de trabalho e redução da tarifa da caixa de

⁵⁴ GRÊMIO RECREATIVO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO. Edição comemorativa do centenário, 2000, p. 26-28.

pensão, descontada na folha de pagamento. Uma agitada e intensa paralisação ocorreu em diversos ramais da Paulista (1.057 quilômetros de trilhos em 119 estações atingindo aproximadamente 3.800 ferroviários em diferentes cidades), (SANTOS, 2015, p. 10). A greve ganhou o apoio da população e dos comerciantes, estes últimos por terem suas atividades também afetadas com a paralisação das ferrovias.

Apesar disso, a greve arrefeceu, principalmente após a morte de dois operários da Companhia Paulista, em Jundiáí, num confronto com a polícia durante uma passeata. Contudo, a greve mostrou-se como um instrumento de articulação das mudanças nas relações de trabalho e firmou-se como um dos marcos do movimento operário da Primeira República. Vale lembrar que em território jundiáense, havia muitos imigrantes italianos veiculadores das ideias anarquistas. Os grevistas e a população mostraram-se inconformados com as formas da “administração do empreendimento símbolo da modernidade e respaldada pelas forças do Estado, a ferrovia” (SANTOS, 2015, p. 22).

A cidade também possuía um demasiado entusiasmo perante as rápidas transformações sociais e culturais ocorridas, acompanhando o processo de modernização da época, o modo cosmopolita de sociabilidade e os desdobramentos que essa estrutura e conjuntura poderiam lhe conferir.

A inauguração do Teatro Polytheama, em meados da década de 1910, localizado na região central, na Rua Barão de Jundiáí, foi motivo de agitação popular, pelos espetáculos em si e também pelas novidades tecnológicas e cinematográficas do período, também exibidas nas sessões do Cinema Rio Branco. Entre os anos de 1911-1920 as duas casas de entretenimento apresentaram em média 204 representações por ano⁵⁵, exclusivamente cinematográficas.

⁵⁵ Média extraída dos registros de existência de teatros e cinemas na cidade de Jundiáí em conformidade com a consulta aos Anuários Estatísticos de São Paulo para os anos de 1906 até 1926, disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dentre os lugares de prestígio, ainda na Rua Barão de Jundiá, a padaria e confeitaria *Pauliceia* – recebeu esse nome, justamente por ser o local de encontro e discussão sobre os acontecimentos e as notícias vindas da capital – surgiu em 1898. Tornou-se ponto de encontro para os cafés, para o “desfrute de completos sortimentos de bebidas finas”⁵⁶ e para os momentos de reuniões e debates políticos e culturais. Ambiente frequentado pelos profissionais que trabalhavam nos arredores, nas tipografias, papelarias, escritórios, comércios em geral, redação de jornais e na administração pública. O local também servia para os que estavam de passagem, a caminho da onde a ferrovia pudesse chegar (da capital ao interior).



Figura 7 - Padaria e Confeitaria Pauliceia, em 1906. Fonte: FERREIRA, M., 2014.

A imprensa local, certamente teve um papel sociocultural importante no plano de divulgação e circulação das ideias no cenário das transformações ocorridas, noticiando todas as mudanças, sendo ainda um mecanismo de representação da sociedade (ou em parte de seu grupo ideológico e editorial). As informações veiculadas por impressos caracterizavam-se de forma inerente ao processo urbano,

⁵⁶ Propaganda da Pauliceia. Almanach de Jundiáhy: Literário, Histórico, Commercial e Biographico, 1911. Apud Livro do Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Edição comemorativa do centenário, 2000, p. 30.

jornais, folhetins, revistas e periódicos disseminaram-se por toda a sociedade brasileira, na ordem da Primeira República.

O desenvolvimento tecnológico (...) permitia que a imprensa, ampliasse enormemente o número de rodagens por edição, além de, cada vez mais, oferecer recursos como ilustração e fotos, que conferiam novas formas a veiculação de informações estabelecendo relações entre jornal, anunciantes, política, leitores e a própria cidade. (O'Donnell, 2008, p. 73).

A pesquisa não teve acesso aos jornais locais de Jundiáí, que poderiam conferir um interessante panorama do contexto aqui analisado⁵⁷. Em consulta aos Anuários Estatísticos de São Paulo (1908-1926), pôde-se verificar somente o registro de alguns jornais que circularam na cidade, contemporâneos aos acontecimentos supracitados, possibilitando apenas informações sobre periodicidade, valor de assinatura e tiragens. Apesar de as fontes serem escassas, pode-se constatar a existência e a circulação da imprensa local.

⁵⁷ Consultas foram realizadas nos cervos das instituições, Centro de Memória de Jundiáí (CMJ), Museu Histórico e Cultural de Jundiáí (Solar do Barão), Biblioteca Municipal, Professor Nelson Foot, no acervo do Gabinete de Leitura e no Arquivo do Estado de São Paulo. Em ambas as instituições não se localizaram exemplares de jornais, que circularam na cidade, no período entre 1880-1940.

Tabela 1 - Jornais locais de Jundiá (1908-1926)

JORNAL	LÍNGUA	PERIODICIDADE	ASSINATURA MENSAL	TIRAGEM MÉDIA
A Folha	Português	Bisemanal	20\$000	Até 5.000 exemplares
O Jundiayense	Português	Bisemanal	20\$000	Até 5.000 exemplares
O Escoterio	Português	Semanal	20\$000	Até 1.000 exemplares
O Jundiay	Português	Semanal	20\$000	Até 1.000 exemplares
O Artilheiro	Português	Mensal	20\$000	Até 1.000 exemplares
O Município	Português	Semanal	20\$000	Até 1.000 exemplares

Fonte: Anuários Estatísticos de São Paulo

De modo peculiar, esse rápido painel permite que se possa penetrar, ainda que de forma fragmentada, em uma sociedade que vivenciava um processo de intensa transformação histórica, a partir da reconfiguração de sua vida urbana e social. Para além de suas especificidades econômicas e espaciais, Jundiá, inseria-se, cada vez mais, no “mundo moderno”, transformando-se aceleradamente.

Essa concepção *modernista e modernizante* é característica de um tempo marcado pela novidade de um sistema político, a República, e de uma espacialidade em vertiginosa transformação, o urbano, refletindo-se em diferentes dimensões e de maneiras diversificadas em toda a nação brasileira, adequando-se à conjuntura do capitalismo internacional e àqueles novos tempos (CLODOALDO, 2008, p. 150-153).

Jundiá constituía um caso peculiar de crescimento econômico e urbano, dentro dessa ordem nacional, alinhando-se ao progresso e ao desenvolvimento, “de um sistema agrário comercial para o urbano industrial” (FURTADO, 2005. p. 13). Desde suas origens, pode-se depreender que a cidade não fora pacata, esteve sempre atrelada às transformações ocorridas no estado de São Paulo e sobremaneira no Brasil. As inúmeras mudanças na região tiveram como base de reestruturação o contexto da economia cafeeira, da imigração, a ferrovia, a urbanização e a industrialização. Todos

esses elementos estavam pautados no eixo de leitura do pensamento social brasileiro da Primeira República, ou seja, Positivismo e o Nacionalismo, que reverberaram sobre a nação conjuntamente com os ideais de progresso, civismo e instrução (OLIVEIRA, 1990, p. 35).

No campo da Educação, importante aparato urbano, elemento da modernidade e pauta constante dos ideários nacionalistas da época, a cidade caminhava a passos lentos, no que se refere à ampliação e à disseminação do ensino público. Percorrendo sua espacialidade, constata-se que eram poucos os espaços existentes para a instrução pública, ou seja, escolas e bibliotecas, sendo que esta última, até 1908, não existia na cidade.

Esse panorama certamente ancorava-se nas quase que inexpressivas ações políticas para educação do governo brasileiro no período entre 1900-1910 (INFANTOSI, 1983, p. 56). As escolas existentes em Jundiá, em sua maioria, vinham da iniciativa privada, restringindo acessos, limitando ações e impondo condições. Na esfera particular, ainda no século XIX, e em maior quantidade, surgiram os colégios, Florence em 1895, um “educandário de meninas”, transferido de Campinas para Jundiá, em decorrência da epidemia de febre amarela e posteriormente o Hydecroft, em 1897. Novas escolas foram criadas em Jundiá, na virada para o século XX, mas, em sua maioria, particulares.

A primeira escola estadual criada na região foi o grupo escolar Coronel Siqueira de Moraes, em 1894, teve seu prédio inaugurado na Rua Barão de Jundiá e o início de suas atividades em 1896. A escola era frequentada pelos filhos dos latifundiários da região e também pelos filhos de funcionários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Era uma escola de primeiras letras, portanto, seu ensino voltava-se para o aprendizado da leitura, escrita e cálculos matemáticos.

Tabela 2 - Escolas existentes em Jundiá (1908-1926)

TIPO	ANO DE FUNDAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Escola Particular	1895	Colégio Florence
Escola Estadual	1896	Coronel Siqueira de Moraes
Escola Particular	1897	Colégio Hydecroft
Escola Particular	1900	Escola Elementar Portuguesa
Escola Municipal	1901	Escola do Núcleo Colonial Barão de Jundiahy
Escola Estadual	1906	Conde de Pamahyba
Escola Particular	1907	Externato Coração de Jesus
Escola Particular	1907	Colégio Moinho
Escola Particular	1907	Escola do Sagrado Coração de Jesus
Escola Particular	1908	Escola da Varzea
Escola Particular	1912	Escola Parochial Nossa Senhora do Desterro
Escola Particular	1913	Escola e Creche Asylo Anália Franco
Escola Particular	1914	Escola da Sociedade Protetora da Companhia Paulista
Escola Municipal	1915	Escola da Vila Arens
Escola Municipal	1915	Escola do Bairro Travihu
Escola Municipal	1915	Escola Santa Clara

Fonte: Anuários Estatísticos de São Paulo

As ações na esfera privada para a promoção da instrução e da formação de uma sociedade condizente com as novas questões da República – trabalho assalariado, industrialização, ciência e tecnologia, transformações urbanas, transportes, redes de comunicação e processos eleitorais– foram significativamente mais presentes em Jundiá do que as de esfera pública, ou seja, o poder público, entre 1900 e 1920, promoveu poucas ações visando o desenvolvimento da educação pública na cidade.

Ainda que as poucas reformas no Governo Federal buscassem incentivar o surgimento de mais escolas de ensino primário e secundário⁵⁸ no território nacional, observando-se o quadro das escolas existentes na cidade, no período destacado, nota-se a preponderância de instituições educacionais privadas. Setores mais humildes, trabalhadores da indústria têxtil, pequenos comerciantes, trabalhadores rurais ou mesmo alguns grupos de ferroviários, cujos vencimentos não possibilitavam mais do que a própria subsistência, possivelmente não tinham acesso à instrução formal.

Aos que não pudessem pagar para se educar, o Gabinete de Leitura, como anunciara em seu jornal, em 1908, proporcionaria os competentes livros, talvez não preenche-se a lacuna até então existente, porém constituía-se como um lugar destinado aos livros e ao leitores, no espaço citadino.

O Gabinete de Leitura era a primeira biblioteca pública da cidade, que, na ordem das transformações e reconfigurações do espaço urbano e de toda a sua materialidade, ainda não existia. Sonia Gomes, em seu trabalho sobre *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*, diz que “uma das condições sociais que exerce influência positiva sobre o surgimento de bibliotecas é o aparecimento de centros urbanos, que em suas múltiplas atividades, produzem registros que requerem sistemas sofisticados de informação” (GOMES, 1983, p. 13).

Para além dessa acepção, lendo o Gabinete de Leitura de Jundiáí como um símbolo de uma realidade social construída (CHARTIER, 1991, p. 12), pode-se perceber que sua criação representava a institucionalização de um lugar público para as letras.

⁵⁸ A partir da proclamação da República, o ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos, criado em 12 de abril de 1890, cujo Ministro era de Benjamin Constant, deliberou o decreto nº 981 de 8 de novembro do mesmo ano, regulando, no âmbito do Distrito Federal, a instrução primária e secundária, seus componentes curriculares e séries. Desse modo, essa ação, denominada de “Reforma Benjamin Constant” funcionava como ponto de referência e modelo para outras iniciativas públicas ou particulares no campo da instrução nacional, promovendo um ensino livre, leigo e gratuito. Ver mais detalhes em: CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República. Campinas: UNICAMP, 1994.

Outros lugares que poderiam promover uma aproximação com os livros, a leitura e a instrução de um modo geral, seriam os acervos de livros, na esfera privada, o que possivelmente deveria existir. Contudo, seria temerário para a pesquisa negar ou afirmar essa possibilidade, uma vez que o livro, naquele período, não era um item de baixo custo e ter uma coleção deles muito provavelmente não estava entre as aquisições elementares de operários.

Uma análise sobre acervos privados contribuiria para a elucidação dessa questão. Nas fontes e bibliografias consultadas não há nenhuma menção. Conquanto, pode-se, de certo, afirmar que eles circulavam, fossem comprados, emprestados ou doados e passaram a circular ainda mais, após a fundação do Gabinete de Leitura.

É nessa perspectiva que se pode melhor compreender o nascimento da Instituição. Em meio ao “espaço urbano” em que se transformava emergia um novo símbolo para as letras e todos os demais sentidos que delas pudessem derivar. Construía-se um ambiente de instrução e ilustração, através do Gabinete de Leitura, para uma realidade em processo de transformação, em que novos arranjos sociais eram experienciados.

A construção desse novo ambiente fixava-se na cidade, como uma instituição representativa de um espaço para as letras, podendo ser lida e apropriada pelos sócios e pela população de Jundiá.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*, 1991. Estud. av. vol.5 n°.11 São Paulo Jan./Apr. 1991.

CLODOALDO, Bueno. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FILIPPINI, Elizabeth. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiá (1887-1950)*. São Paulo, 1990, p. 182. Dissertação (Mestrado em História Econômica) FFLCH-USP, 1990.

FURTADO, André Tosi. Celso *Furtado e a economia brasileira*. Fortaleza, julho de 2005. Texto apresentado no seminário “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, julho de 2005.

GOMES, Sônia Conti. *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INFANTOSI, Ana Maria. *A escola na República Velha*. São Paulo: EDEC, 1983.

IZAÍAS, Kátia. *População e Dinâmica Econômica na Formação da Cidade de Jundiáí (1615-1890)*. Campinas, 2012. 208 p. Dissertação (Mestrado em Demografia). UNICAMP, 2012.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Ferrovias, Cidades e Trabalhadores (1870-1920)*. São Paulo, 2002, p.190. Tese (Livre Docência) FAU-USP, 2002.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Paulo Henrique de. *Lugares de memória em Jundiáí: uma leitura através de Aldo Rossi*. Faculdade de Ciências Sociais, PUC/SP – Campus Monte Alegre. Comunicação Pessoal, 2013.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro e a Greve dos Trabalhadores da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em 1906*. Revista: América Latina En La Historia Económica n. 25 jun. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: ____ (Org.); NOVAIS, Fernando. (Coord). *História da Vida Privada no Brasil*. vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLETO, K.; MARTINI, S.; DONIZETTI, A. *Museu da Energia* – Núcleo de Jundiáí.

Disponível:

em:<http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28713/toledo_karina_pardini_museu_da_energia_de_jundiai.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.